



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.106, DE 2022

Altera-se o artigo 6º da Lei
nº 10.820, de 2003.

Altera-se o artigo 6º da Lei nº 10.820/2003, na Medida Provisória Nº
1.106, de 17 de março de 2022:

“Art. 6º

§ 5º Os descontos e as retenções mencionados no **caput** não poderão
ultrapassar o limite de trinta por cento do valor dos benefícios.” (NR)

Justificativa

O texto da atual legislação visa limitar em quarenta por cento de descontos e retenções na folha salarial de aposentados e pensionistas. Segundo os maiores especialistas o ideal é que se comprometa no máximo 30% da renda com financiamentos e empréstimos. Dessa forma, visando a saúde financeira dos aposentados e pensionistas, que muitas vezes sustentam suas famílias, propõe-se a presente emenda.

Sala de sessões, em 21 de março de 2022.

Deputado Filipe Barros

Paraná



CD/22542.65293-00



* C D 2 2 5 4 2 6 5 2 9 3 0 0 *